

# Formação em educação no Espírito Santo em sua relação com a presença de imigrantes italianos no início do Século XX<sup>1</sup>

*Formation in special education and its relationship with the presence of Italian immigrants at the beginning of the 20th century in Espírito Santo, Brazil.*

**Fernanda Ferreyro Monticelli\*<sup>1</sup>**

**Palavras-chave:**  
Pedagogia científica;  
Imigrantes;  
Italianos;  
Formação de Professores.

**Resumo:** O artigo objetiva fazer a associação entre a presença de imigrantes no Estado do Espírito Santo com a tradução dos autores sobre os conhecimentos feitos por médicos/educadores italianos para a educação. O desenvolvimento deste texto se ampara em uma pesquisa bibliográfica e documentária a qual utiliza, como fontes primárias, publicações oficiais, tais como relatórios e mensagens de presidentes de estado, ofícios de secretários de instrução e inspetores de educação, livros publicados na época. Dentre os quais se destaca o manual didático "Pedagogia científica" escrito por Deodato Moraes. A pesquisa conclui que houve relação entre a presença dos imigrantes no Espírito Santo com a tradução do pensamento italiano na área de formação de professores.

**Keywords:**  
*Scientific Pedagogy;*  
*Immigrants;*  
*Italians;*  
*Teacher training.*

**Abstract:** *The article aims to make the association between the presence of immigrants in the State of Espírito Santo and the translation of the knowledge made by Italian physicians / educators for education. The development of this text is supported by a bibliographical and documentary research which uses, as primary sources, official publications, such as*

---

<sup>1</sup> Recebido em 24/04/ 2017. Aceito em 05/07/2018.

Este artigo é feito em homenagem à professora doutora Denise Meyrelles de Jesus (PPGE/UFES) pela sua incansável aposta na formação e nas práticas educacionais mais inclusivas e em agradecimento à Girlene Gobete pela atenção da leitura comentada do texto.

\*1 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: fmonticelli33@gmail.com.

*reports and messages of presidents of state, offices of education secretaries and education inspectors, books published at the time. Among them is the didactic manual "Scientific Pedagogy" written by Deodato Moraes. The research concludes that there were a relation between the presence of immigrants in Espírito Santo and the translation of Italian thought in the area of teacher training.*

## Introdução

No início da segunda década do século passado, quando eram difundidos os conhecimentos de psicólogos e educadores franceses ou suíços, a ideia de encontrar o italiano Ugo Pizzoli (1863-1934) na origem de um laboratório de psicologia, em escolas normais de São Paulo representou uma surpresa na paisagem da história brasileira, segundo Centofanti (2006). Algo semelhante ocorreu com a presença do professor paulista Deodato Moraes no Espírito Santo. Formula-se então a questão: qual a razão para o educador brasileiro Deodato Moraes, aluno de Ugo Pizzoli no Brasil ter sido convidado para ministrar um curso de formação para professores e editar um manual, no qual ressalta os estudos dos pesquisadores italianos? Embora no manual não seja feita qualquer referência explícita aos imigrantes italianos no Espírito Santo, com base na questão provocativa inferimos que a presença dos imigrantes italianos neste Estado impulsionou a socialização dos conhecimentos na formação que existiu para os professores no final da década de 20, no século XX.

Demartini (2006) alerta-nos sobre o paradoxo entre a escassez de estudos sobre o período imigratório atrelado ao tema infância. Por sua vez, Dadalto (2008) sinaliza que os estudos acadêmicos sobre imigração no Espírito Santo, começaram a ser produzidos, de modo mais intenso, somente a partir dos anos 90. Alguns desses trabalhos analisam temas relacionados à imigração, ao trabalho dos imigrantes e descendentes, à cultura política, à cidade e à arquitetura, à cultura e à educação. A maioria adota como foco as cidades de: Colatina (RIBEIRO, 1996), Ibirapu (PAIVA FILHO, [198-].), Iconha, Castelo e Venda Nova do Imigrante (ZANDONATI, 1992), Santa Teresa (GASPARINI, 2015; SCALZER, 2015). Anterior à década de 90, os autores de vanguarda a escrever sobre a história dos imigrantes no Espírito Santo foram: Balestrero (1976), Cavati (1973), Derenzi (1974), Nagar (1895), Novaes (1980), Puppini (1979), dentre outros.

Nesse sentido, este texto apresenta a influência dos conhecimentos sobre desenvolvimento infantil produzidos por autores italianos na formação em educação no estado do Espírito Santo, fato antes desconhecido nos registros acadêmicos. Esta ausência no currículo científico surpreende, uma vez que Ugo Pizzoli e Maria Montessori foram uma das principais referências para a

formação dos educadores da época no Espírito Santo, no final da década de 20, no século XX.

Inicialmente o artigo irá abordar algumas das ideias dos italianos Ugo Pizzoli e Maria Montessori em sua relação com a educação especial. A seguir, o leitor irá se situar na história com o relato da vinda dos imigrantes italianos para o Brasil e para Espírito Santo. Situados no tempo das imigrações e no espaço espírito-santense o texto segue com informações sobre a educação oferecida aos filhos dos estrangeiros. Desse modo, se compreende os desafios que havia na educação quando se tratasse dos filhos de imigrantes e as alternativas apontadas. É no “terreno escolar” que se entende a nacionalização pela importância atribuída à aquisição da língua portuguesa, ou seja, à alfabetização no ensino primário. E para atingir este objetivo a alternativa foi a formação de professores.

Cabe entender que a ênfase atribuída à história, pode ser um modo de “[...] lutar por uma outra concepção de passado, em que este se converta em razão antecipada da nossa raiva e do nosso inconformismo” (SANTOS, 2008, p. 82), como pode também ser a possibilidade de assumir, para si, a tarefa de garimpar as potencialidades contidas nas linguagens dos educadores da época, sem o ranço do discurso antidemocrático. Nesse sentido, “A utopia do interconhecimento consiste em aprender novos e estranhos saberes sem necessariamente ter de esquecer os anteriores e próprios” (SANTOS, 2008, p. 106).

O estudo se serve da análise bibliográfica do manual “Pedagogia Científica” e análise documental de fontes históricas, tais como: mensagem de presidente do estado, relatório de provedor de instituição, ofício de inspetor de ensino da época. E para mostrar a estreita relação entre a presença de imigrantes com a formação de professores, cujo aporte teórico se baseava em estudos realizados na Itália, o artigo destaca algumas expressões. Por sua vez, o trabalho faz uso da hermenêutica diatópica para a realização da interlocução de autores que dissertam sobre a imigração italiana no Espírito Santo. A hermenêutica diatópica é um termo referendado em Santos (2008) para designar o diálogo entre culturas (no caso, estudos) que visam compreender a complexidade das situações de vida, de sociedade e de mundo.

### **Educação Especial na Itália no início do século XX: Ugo Pizzoli e Maria Montessori**

Até a segunda metade do século XVIII, as questões “quem sou, de onde vim, para onde vou” encontravam respostas nas explicações religiosas. Com o advento do evolucionismo a ciência, lenta e persistentemente, foi operando outras respostas embasadas sempre no observável, na experimentação, e no quantificável.

A sociedade, os seres humanos poderiam ser analisados e classificados em categorias como primitivo/culto; selvagem/civilizado. Pois com o intuito de promover a melhoria das condições de vida dos cidadãos italianos, é que aquela sociedade naquele tempo tomou por base o princípio da regeneração da raça.

Paolo Mantegazza (1831-1910), um dos antropólogos europeus mais influentes da segunda metade do século XIX (SANCHEZ, 2008) e Cesare Lombroso (1835-1909), antropólogo e higienista, buscaram mapear o estado físico e mental do italiano médio, além de, por intermédio dos professores, disponibilizar um "remédio" para os desvios pelo uso de uma educação sanitária elementar (CENTOFANTI, 2006, grifos nossos). Na busca de indícios que permitissem identificar e quantificar os anormais<sup>2</sup> de inteligência e os delinquentes, Cesare Lombroso assentou seus estudos na antropologia descritiva, empregados na zoologia. Ao acreditar em semelhanças entre essas duas categorias, passou a defender a ideia genérica de que as perturbações psíquicas vinham acompanhadas de respectivas desordens morfológicas e físicas (CENTOFANTI, 2006).

Ao fazer uso da antropometria e da psicometria, Lombroso classificou alguns segmentos dessas categorias como inferiores, pois, no seu entender, representavam, no presente, estágios passados ao longo da evolução do homem. Foi o que nomeou por atavismo (CENTOFANTI, 2006). De certo modo, referenciando-se em Santos (2000), esta categorização não deixa de ser uma desumanização do objeto o que consolidou uma concepção de conhecimento instrumental e regulatória. A forma de saber era a conquista do caos pela ordem.

Os estudos de caráter sociológico por parte de Lombroso, aliados à disseminação do pensamento positivista aplicado à educação por parte de Comte (1798-1857) e Spencer (1820-1903), fizeram com que Andrea Angiulli (1837-1890) fosse o primeiro a falar de uma pedagogia científica na Itália. Outro defensor da ciência aplicada à educação foi Giuseppe Sergi (1841-1936), quando propôs a renovação dos métodos da educação e da instrução como medidas de regeneração humana (CENTOFANTI, 2006).

O registro do índice cefálico, da cor da pele, da íris e do cabelo, por exemplo, tinha uma razão específica na configuração italiana<sup>3</sup>, e servia para identificar a raça do indivíduo na população da qual fazia parte. Giuseppe Sergi estava convencido de que a diferença racial era física e mental. Como reconhecia pouco se saber sobre as diferenciações de desenvolvimento intelectual e emocional da raça europeia, e acreditava que a coleta de dados antropológicos nas escolas permitiria, no futuro, o alcance de algum entendimento sobre esse aspecto, fez da escola um laboratório de pesquisas (CENTOFANTI, 2006, p. 45, grifos nossos).

---

<sup>2</sup> Muitas das expressões no texto seguem os termos utilizados de modo a se perceber no emprego daquele vocabulário as práticas discursivas da época.

<sup>3</sup> Conforme Centofanti (2016) a realização do mapeamento do estado físico e mental do estudante no Brasil a princípio não teria utilidade, pois até mesmo o diretor da escola de São Carlos/SP, em 1917, teria relatado que os exames restritos aos aspectos antropológicos não permitiam "generalização" e que naquele momento seria "precipitada", conforme pontuou Tavares (1996 citado por CENTOFANTI, 2016).

Heranças da ciência moderna, o conhecimento atrela-se à quantificação. “O que não é quantificável é cientificamente irrelevante” (SANTOS, 2008, p. 63). Para dar prosseguimento ao conhecimento científico sobre os italianos, G. Sergi contou com Ugo Pizzoli para muitas das realizações dos seus ideais, visto este apresentar espírito prático (CENTOFANTI, 2006). Pizzoli foi um médico que dedicou parte de sua vida à relação da medicina com a educação. Livre-docente em Psicologia Experimental pela Universidade de Modena imbuí-se da edificação de uma pedagogia científica. Para tanto, idealizou, construiu e empregou instrumentos e aparelhos de laboratório de psicologia experimental, mesmo que não fosse psicólogo para edificar a Ciência da Educação (CENTOFANTI, 2006). Em 1899, inaugura em Crevalcore<sup>4</sup>, um Laboratório de Pedagogia Científica, o qual tinha por finalidade o preparo técnico dos professores para a realização de exames em seus alunos. Esperava que os mestres promovessem alguma revolução no ensino, aprendendo, de forma experimental, a avaliar os alunos em seu desenvolvimento mental, antropológico, fisiológico e higienista. Foi sob este discurso que os cursos de Pedagogia Experimental se tornaram uma referência para os educadores italianos (CENTOFANTI, 2006).

Na Itália, o projeto da Pedagogia Científica representou a esperança de resolver, ao menos em parte, os problemas sociais emergentes na época da unificação do Estado italiano, ocorrida na segunda metade do século XIX. Dentre os problemas destacam-se: a fome, o analfabetismo, a prostituição, o alcoolismo, o roubo, o assassinato e as doenças emergentes na época da unificação do Estado italiano, ocorrida na segunda metade do século XIX (CENTOFANTI, 2006).

Outra personagem italiana da área médica que se protagoniza, enveredando-se para a educação, foi Maria Montessori, conhecida por sua Pedagogia Científica (CENTOFANTI, 2006, grifos da autora). Montessori imprimiu à pedagogia um perfil mais humanístico. Para ilustrar, uma vez que usava o expediente da folha biográfica entregava este documento à criança quando esta saía definitivamente da escola. No entendimento da médica-educadora, a folha biográfica representava para a criança a sua própria história. Percebe-se, com este simples gesto, o respeito à dignidade do aluno ao não lhe ocultar documentos que estivessem a ele dirigidos. Ao devolver a ficha ao autor da sua representação revela uma valorização dos estudos humanísticos e por consequência, uma valorização da racionalidade estético-expressiva (SANTOS, 2000). Para Santos (2000), a superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais tende a revalorizar os estudos humanísticos, mas não antes, sem que que ela própria – as humanidades – sejam profundamente transformadas. Destarte, há muito por ser implantado quando se trata da ética em pesquisa na educação.

A médica italiana dedicou-se ao estudo e ao tratamento das crianças tidas como anormais e, por seu notável saber, consagrou-se na preparação de mestres que iriam atuar com aquelas crianças (COSTA, 2001). Seu método é inspirado no **método ativo**, visto que a criança participa do seu processo de

---

<sup>4</sup> Comuna italiana da região da Emília-Romanha, província de Bolonha/Itália.

conhecimento do mundo, interage com os materiais. *“Um point fundamental de La Pédagogie Scientifique doit donc être l’existence d’une école qui permette Le développement dès manifestations spontanées et de la personnalité de l’enfant”* - Um ponto fundamental da Pedagogia Científica deve ser a existência de uma escola que permita o desenvolvimento das manifestações espontâneas e da personalidade da criança. (MONTESSORI, 1952, p. 21 – tradução nossa).

A educadora entende que a disciplina envolve esta capacidade de ser ativa. O objetivo da educação montessoriana é levar o sujeito a ter consciência do real, a qual o educando conquista na medida em que conhece o mundo exterior (não-eu) e o mundo interior (o eu). O professor deve auxiliar a criança a ser autora do seu próprio conhecimento, sobretudo ouvindo-a, pois, a criança se sente feliz em ser ouvida pelo seu mestre. Soma-se à atitude do professor, a organização de um ambiente adequado para as crianças, por meio do cuidado em preparar uma atmosfera harmoniosa para atuarem.

Até este tópico foi possível averiguar a preocupação da sociedade científica italiana para com a regeneração da raça, a disseminação das perturbações psíquicas, a erradicação do analfabetismo e o uso da psicologia e da medicina na educação escolar como prática discursiva de classificação e seleção dos alunos. A seguir, o texto irá abordar aspectos da imigração italiana que irá despertar no Brasil a mesma preocupação.

### **Presença dos imigrantes italianos ao Brasil/Espírito Santo**

Segundo Kreutz (2011), a partir do século XIX, os imigrantes europeus dirigiram-se para a América Anglo-Saxã e América do Sul.

Do lado de lá, a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil, na versão de Cavati (1973), teve três motivos: 1. A atitude dos latifundiários, uma vez que os agricultores pagavam em gêneros um tributo muito pesado sem vislumbre de possibilidades de progresso econômico. 2. As constantes enchentes do Rio Pó, que cobriam vastas áreas cultivadas. 3. As guerras entre reinos, condados, ducados, visto que até 1870, **a Itália não era uma nação**.

Do lado de cá, diversos motivos teriam impulsionado o governo brasileiro a incentivar a vinda de imigrantes europeus. Para Colbari (1997) o governo teria feito uso da estratégia de branqueamento populacional. Na sua versão, haveria por parte dos dirigentes do País, tanto a busca pela elevação civilizatória dos habitantes da Nação, como o povoamento e formação do mercado de trabalho cimentados na regeneração física do povo e na reforma moral da sociedade. Numa linha semelhante de pensamento, Kreutz (2011), com base nos estudos de Furtado, Skidmore e Buarque de Holanda, cita como explicação para a imigração: a modernização da economia, o branqueamento da população brasileira, o estímulo à dedicação ao trabalho livre, além da garantia das fronteiras em disputa.

Entre 1819 e 1947, 4.903.991 imigrantes aportaram ao Brasil e, até 1875 foram alocados, principalmente, em núcleos rurais homogêneos (KREUTZ, 2011). Legalmente, a ocupação territorial foi normatizada pelo chamado “regulamento colonial”, de 1867 (BRASIL, 1867). A citada lei obrigava a

Comissão de Terras, responsável pela medição e demarcação dos lotes, a destinar locais para a administração, a igreja e a escola. Previa-se, portanto, a construção de uma escola para cada núcleo, privilegiando os filhos dos que se estabelecessem nas proximidades da vila. Tanta importância para a construção de escolas teve a ver, em grande parte, com a formação de uma identidade nacional (KREUTZ, 2011).

O movimento imigratório, no Brasil foi feito, prioritariamente, por imigrantes italianos; (LUCHESE e KREUTZ, 2012). Do total, cerca de 16% fixaram-se no Rio Grande do Sul (GIRON, 1998). Outras leva sucessivas de imigrantes italianos se fixaram, a partir de 1878, na região de Curitiba, visto que, anteriormente, estabeleciam-se mais no litoral (VECHIA, 2002).

Em São Paulo cabe relatar um aspecto singular. Segundo Garcia (2010) precisou existir os inadaptados à lavoura para que uma nova paisagem urbana começasse a surgir nos locais onde havia indústrias. Nesses espaços, uma classe operária se formou constituída por trabalhadores europeus, italianos em maior número. O descaso do Estado Federal nos setores sociais e suas constantes intervenções protecionistas em relação aos coronéis irradiou uma revolta ao ponto de os operários promoverem uma greve geral em 1917. (WANDERBROOCK JUNIOR, 2007). O movimento de insatisfação provocou uma maior atenção para com a ordem.

No estado vizinho surge a "Liga Brasileira de Hygiene Mental", fundada no Rio de Janeiro, em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel (SEIXAS, MOTA, ZILBREMANN, 2009). E não por acaso, a Liga privilegiou quatro setores para estabelecer uma "educação sob medida": os imigrantes, o exército, a indústria e a educação (WANDERBROOCK JUNIOR, 2007).

No Espírito Santo, a primeira fase de ocupação do território capixaba, por italianos, vai de 1874 até 1885 (BUSATTO, 2002). A imigração italiana, germânica e polonesa, dentre outras, ocorreu com a finalidade de colonizar, mas também ocupar o vazio demográfico que era o território do Espírito Santo, no século XIX.

Este estado, embora pequeno em extensão, é um Estado diverso do ponto de vista geográfico, do clima e da composição populacional. Esta dinâmica geográfica e climática possibilita conciliar, em seu território, regiões litorâneas e serranas o que favorece a convivência de uma população diversa (BERTO, 2013).

Um dos fatores dessa diversidade na população está atrelado ao processo de formação e de colonização cultural que aconteceu no Estado, constituído por portugueses, italianos, prussianos, suíços, alemães, pomeranos, hanoverianos, poloneses, árabes, turcos, libaneses, africanos e por brasileiros vindos de Minas Gerais, do Nordeste, do Rio de Janeiro, entre outros estados, bem como dos indígenas que já habitavam o local (DADALTO, 2007)

De acordo com Vechia (2002), a vida comunitária<sup>5</sup> nas colônias italianas girava em torno da religião. Colbari (1997) igualmente ratifica a vida social em torno da religião (assim como o apego ao trabalho), por parte dos imigrantes italianos. A igreja teria sido o epicentro de formação dos povoados. E, para confirmar, pode-se citar as memórias de Bissoli (2005) no Espírito Santo, ao escrever que, até a idade dos 10 anos, só conhecia o caminho da escola e da igreja. O catolicismo foi mantido, inicialmente, no âmbito familiar.

Observe-se que a comunidade é uma forma de vida na qual os indivíduos buscam o desejo de fazer parte de uma rede, no dizer de Bauman, citado por Carvalho (2009). Assim considerando, uma vez que os italianos se inseriam como indivíduos e comunidades de outras culturas, socialmente, passava a existir uma união de afetos e de intelecto nas relações que resultam no conhecimento. É nas relações entre os diversos que ocorrem novos saberes. Tem-se desse modo, uma troca de conhecimentos, entre imigrantes com a população em geral, seja entre os alunos da escola, seja entre os professores da escola pública. Mas, foi necessária uma ação política para provocar a relação entre os diversos. Entendamos esta história, então.

### **O Estado-educador no “terreno escolar” onde havia os filhos dos imigrantes**

Neste tópico irá se apresentar a precariedade da política educacional em oferecer melhores condições de ensino, associada à resistência dos imigrantes em incorporar a língua portuguesa. Possivelmente, esta situação foi um dos fatores que motivou a política educacional a oferecer formação de professores cujas práticas discursivas seriam as mesmas utilizadas na Itália.

Nas famílias dos imigrantes existia um número expressivo de crianças que desconheciam os costumes brasileiros e não falavam a língua portuguesa. Ainda na primeira década do século XX, o Inspetor Geral de Ensino, faz o seguinte desabafo:

Infelizmente a mesma scena que se desenrola nos Estados do extremo sul da República, relativamente às colonias estrangeiras, é precisamente observada nas colônias fundadas no Espírito Santo.

Contamos entre nós colônias inteiras em completa ignorância da língua portugueza, conservando os usos, costumes, religião, língua e até as próprias tradições do paiz de origem, quando em sua maioria quase absoluta, os seus habitantes nasceram no Brasil. (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 27)

---

<sup>5</sup> No que se refere ao desenvolvimento econômico da população imigrante instalada nas colônias no interior do estado do Espírito Santo, sabe-se que cultivavam café para o mercado mundial, além de uma pequena economia de subsistência. Foram os principais responsáveis pela formação da pequena lavoura, fazendo do Espírito Santo um dos estados com menos latifúndios do País (RIBEIRO, 2009).

O inspetor Carlos G. Cardim tece um capítulo especial referente às colônias estrangeiras, ao enfatizar a resistência de alguns imigrantes em internalizar a cultura do local. A narrativa redigida por Cardim (ESPÍRITO SANTO, 1909) reforça a adoção de uma única língua nacional pelo estado brasileiro, com o objetivo educacional de despertar o espírito de nação das escolas nas quais havia imigrantes (RENK, 2008).

Esta mesma preocupação se mantém no governo de Bernardino de S. Monteiro, no período de 1917, ao advertir que os imigrantes italianos e alemães mereciam mais cuidados, pois estavam em completa ignorância por não terem assimilado o principal meio de fomento da cultura nacional: a língua portuguesa (ESPÍRITO SANTO, 1917). Ressalta-se que os professores das escolas particulares<sup>6</sup> também desconheciam a língua nacional e ensinavam na língua própria, com consentimento dos dirigentes escolares (GIRON, 1998).

No que se refere à educação, segundo consta nos relatórios (1926-1930) do Secretário de Instrução do Estado, Attílio Vivacqua, as escolas rurais constituíam a quase totalidade dos estabelecimentos de ensino do Estado e, por isso, não poderiam ter seus objetivos desviados (ESPÍRITO SANTO, 1930). Era necessário atingir a educação dos sujeitos que habitavam tanto as cidades, como as zonas rurais, lembrando que a região serrana era composta, principalmente, por imigrantes de origem europeia. (BARTH, 1998; BERTO, 2013; BUSATTO, 1990; CASTIGLIONI, 2011; DADALTO, 2017).

Para assegurar que a língua portuguesa fosse ensinada nas escolas, algumas medidas foram tomadas, dentre as quais a designação de um inspetor especial para visitar as escolas de imigrantes. De acordo com Berto (2013) com o processo de inspeção, o governo tinha por meta habilitar os professores estrangeiros das escolas particulares para o ensino da língua e da História do Brasil.

Attílio Vivacqua se queixa ao governo federal:

[...] o empreendimento da intensificação do ensino primário, é de notar-se – sempre foi atendido no Espírito Santo, com recursos exclusivamente estaduais, muito embora as nossas numerosas colônias de população de origem estrangeira, italianas e alemãs, pudessem justificar o auxílio federal, a título de nacionalização de ensino, conforme recebem os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catharina (VIVACQUA, A., 1930, p. 8).

O auxílio federal que o Secretário de Instrução menciona existia desde a Lei nº 1.617, de 30 de dezembro de 1906. A lei fora uma das medidas adotadas

---

<sup>6</sup> A título de esclarecimento, pode-se mencionar o estudo de Giron (1998) em relação às colônias italianas no Rio Grande do Sul, ao informar que, boa parte dos filhos de imigrantes italianos, no final do século XIX e início do século XX, eram alfabetizados, mas nas “escolas italianas”. Cita o autor que, na Colônia de Dona Isabel, havia uma escola pública, no entanto, a maior parte das famílias retirava os filhos para matriculá-los nas escolas italianas, em que o professor era italiano e falava a língua de origem.

pelo governo federal para atender à chamada educação popular. Autorizava a União a auxiliar, com até um quarto dos dispêndios com o ensino primário para diminuir o analfabetismo nos estados que já despendessem 10% de sua receita.

No ano de 1929, Attilio Vivacqua aborda, com maiores detalhes, as ações do governo e da Secretaria da Instrução, diante da necessidade de reformar o ensino capixaba. Nesse sentido, apresenta o programa de governo de Aristeu Borges de Aguiar e o que cabe à Secretaria, enfatizando: as ideias em que se baseiam a Escola Ativa, ações de combate ao analfabetismo, questões que deveriam nortear a aplicação da Escola Ativa, como a educação sanitária, a educação física, a educação estética, o cinema educativo, o escotismo, a assistência escolar, dentre outras medidas (BERTO, 2013, grifos nossos). No mesmo relatório, o Secretário da Instrução enfatiza a necessidade de o programa educativo se adequar às necessidades da população capixaba, considerando a presença de imigrantes, o ensino no litoral, o ensino rural, o ensino infantil, o ensino profissional e o ensino noturno. (BERTO, 2013).

O lento processo de apropriação da língua nacional perdurou nas décadas seguintes. É o que se constata, em meados da década de 30, quando foi iniciada ampla campanha, com o propósito de nacionalizar o ensino nas zonas de colonização estrangeira impelida pelo professor Fernando Duarte Rabelo, então Secretário da Educação e Saúde Pública. Todavia, ainda em 1940 – quando do Recenseamento Geral – “os funcionários que percorreram aquelas zonas surpreenderam populações inteiras que ignoravam o idioma nacional”. (OLIVEIRA, 2008, p. 457).

Desse modo, em meio ao propósito de formar um espírito nacional<sup>7</sup> com uma população heterogênea, por meio da língua portuguesa, não causa surpresa que a alfabetização se torne uma das grandes preocupações e metas dos governos, fosse para alfabetizar a população em geral, constituída por portugueses, colonos, índios e afrodescendentes, fosse para imputar o espírito nacionalista nas colônias de imigrantes.

O foco para a alfabetização pode ser observado nos relatórios dos inspetores escolares, quando enfatizaram como representação do conhecimento, o número de alfabetizados. No relatório, por exemplo, do inspetor das escolas Archimimo Gonçalves relativo, ao mês de junho do ano de 1929, encontra-se o seguinte registro, em relação à São Pedro da Ponte de Itabapoana<sup>8</sup>:

---

<sup>7</sup> O objetivo de garantir a integridade nacional levou o governo, em 1917, a fechar as escolas mantidas pelas colônias estrangeiras da região sul do País. E, para compensar, subsidiou o ensino primário destas escolas com recursos federais (FREIRE, 1993).

<sup>8</sup> No ofício do antigo inspetor das escolas Archimimo Gonçalves, “Ponte de Itabapoana” e “São Pedro de Itabapoana” são citados como municípios. Atualmente, são um distrito de Mimoso do Sul no Espírito Santo.

**Quadro 01:** Matrícula no município de São Pedro da Ponte de Itabapoana

Matriculados	1.800
Maiores de 12 anos	432
Analfabetos	485
Filhos de estrangeiros	203
Presentes à visita	974
Média do mês anterior	1.140

Quadro feito por Archimimo Gonçalves, no ano de 1929. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O quadro salienta o número de matriculados, a idade, os não-alfabetizados, os filhos de estrangeiros, os alunos presentes no dia da visita e a média de alunos frequentes na escola. É estarrecedora a discrepância entre o número de matriculados e o número de alunos presentes. Possivelmente, a atividade laboral agrícola compeliu e provocou a ausência na escola. Contudo, salienta-se que embora os relatórios dos inspetores não mencionassem os estrangeiros alfabetizados é possível que registrassem estes números como meio de, ao mapear a quantidade de filhos de imigrantes naquela região, poderiam acompanhar a permanência dos mesmos na escola.

Estes registros de filhos de estrangeiros são datados de 1929. Pois em 1922, o secretário de instrução da época apresenta, em agosto, um relatório no qual reserva um tópico específico sobre as colônias estrangeiras. Menciona que era tarefa difícil estabelecer o ensino primário nas colônias e **sugeriu que se aparelhasse um corpo especial de educadores, de modo a enviá-los aos pontos onde os estrangeiros predominam**. Para conseguir estes educadores o Estado deveria solicitar da União o auxílio de que trata o Dec. Fed. n. 13.014, de maio de 1918, o qual cogita subvenção às escolas primárias instaladas em núcleos onde o **elemento estrangeiro se apresenta com regular porcentagem** (ESPÍRITO SANTO, 1922).

Anos antes, em 1909, o inspetor geral de ensino, Carlos G. Cardim narra que, em uma escola primária de S. João de Alfredo Chaves, de colônia italiana, os alunos não queriam entoar o Hino Nacional, sob o fundamento de não serem brasileiros. Como providência, designou professores para ensinar a língua nacional nas diferentes colônias existentes. Argumenta que se amparou na Lei 545, de 16 de novembro de 1908, &1º, artigo 20, segundo a qual é permitida, nas escolas situadas nas colônias estrangeiras, o ensino do respectivo idioma sem prejuízo da preponderância da língua nacional (ESPÍRITO SANTO, 1909).

No momento em que o Brasil e, conseqüentemente, o Espírito Santo estão voltados para a formação do espírito nacionalista<sup>9</sup>, a alfabetização precisaria ocorrer de modo eficaz. Houve, nesse sentido, um esforço para ampliar o ensino primário. Todavia, novamente cabe trazer o estudo de Giron (1998), ao pontuar que, em relação às colônias italianas no Rio Grande do Sul, ocorria a exclusão de conhecimentos mais elevados para os brasileiros filhos de imigrantes, pois eram ofertadas apenas escolas primárias para os filhos de imigrantes estrangeiros, e não ensino secundário e superior. Giron (1998) cita o levantamento realizado em 1950, pelo jornalista Luís Compagnoni, o qual constatou que os elementos de origem italiana só começaram a frequentar cursos superiores após 1930. A análise do mesmo levantamento de dados permite deduzir que, até 1925, os poucos nomes relacionados às profissões intelectuais estariam atreladas apenas aos imigrantes italianos e nunca ao brasileiro descendente do imigrante italiano.

### **A influência da Educação Especial italiana no Brasil e no Espírito Santo**

Muitos conhecimentos que geraram o projeto da Pedagogia Científica na Itália foram compartilhados por meio do Laboratório de Pedagogia Científica na Escola Normal Secundária de São Paulo. Para Centofanti (2006) tanto a Pedagogia Científica, como o próprio Pizzoli, tiveram ingresso em São Paulo pelas mãos do imigrante italiano Clemente Quaglio (1872-1948). Desconhecido professor primário da pequena cidade de Amparo [SP], obteve notoriedade por ter adotado, no Brasil, **os mesmos passos de Pizzoli na Itália** ou seja o de criar o Laboratório de Pedagogia Científica (CENTOFANTI, 2006, grifos nossos).

Um curso de Pedagogia com disciplinas nas quais os educadores pudessem observar, experimentar, formular hipóteses analisar e averiguar os resultados era algo que recém estava se insurgindo na cultura ocidental, na formação dos professores. Ugo Pizzoli e Maria Montessori, dentre outros, representavam, nesse sentido, a modernidade na educação. É nesse contexto que o pediatra Ugo Pizzoli foi convidado para vir ao Brasil, mais propriamente, no estado de São Paulo, quando teve a oportunidade de ministrar, em 1914, o curso de Pedagogia Científica. Neste mesmo período, Ugo Pizzoli foi contratado, pelo Governo do Estado de São Paulo, para dirigir o recém-instalado Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental da Escola Normal da Praça (MONARCHA, 2011).

---

<sup>9</sup> Posteriormente, foi realizada a Campanha de Nacionalização do Ensino, iniciada em 1938, quando o Estado brasileiro determinou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, (re) forçando desse modo a nacionalização (BOLOGNINI e PAYER, 2005). Pois conforme Marco (2009) foi nesse contexto de silenciamento da língua de origem que muitos descendentes passaram a sofrer repressões, perseguições ou serem presos. Cabe lembrar que pela Constituição de 1891, no que tange à organização escolar da Primeira República aos estados se permitia organizar os sistemas escolares, completos; enquanto que à União competia privativamente legislar sobre o ensino superior na capital da República, criar instituições de ensino secundário nos estados, além de promover a instrução no Distrito Federal (RIBEIRO, 1978).

A pedagogia experimental de Pizzoli teve continuidade no Brasil, mas não só em São Paulo. Ocorre que Pedro Deodato de Moraes, professor de Psicologia Experimental, de 1914 a 1920, na Escola Normal de Casa Branca [SP], foi aluno de Pizzoli no Curso de Cultura Pedagógica de 1914. E Deodato Moraes foi contratado pelo governo do estado do Espírito Santo para organizar e ministrar, entre 1929 e 1930, o Curso Superior de Cultura Pedagógica, criado pelo Decreto nº. 9.750, de 30 de agosto de 1929 (MORAES, [1929?]). Com duração de seis meses, foi destinado também a professores, inspetores e diretores de grupos primários, e seguiu praticamente a mesma formatação do curso do mestre italiano (CENTOFANTI, 2006).

Para sistematizar os conhecimentos que seriam ensinados no curso, Deodato de Moraes escreveu e publicou o manual didático "Pedagogia Científica", o qual possui 403 páginas, divididas em 24 capítulos e mais os anexos (MORAES, [1929?]).

Para apresentar uma noção das temáticas que faziam parte da formação dos professores na época cada capítulo foi numerado e agrupado por categorias e ao lado foi registrado o número de páginas reservadas para cada tópico:

**Quadro 2:** Sumário do manual didático: Pedagogia científica

<b>Categorias</b>	<b>Capítulos</b>	<b>Número de páginas</b>
<b>Pedagogia Científica:</b>	1. Advertência 2. Pedagogia Científica 3. Conhecimento Científico da criança	26 páginas
<b>Noção de hereditariedade</b>	4. Moderna noção de hereditariedade	28 páginas
<b>Exame somático</b>	5. Exame somático 6. Exame antropológico 7. Exame antropométrico 8. Exame psicológico 9. Exame fisiopsicológico/ sistema nervoso	102 páginas
<b>Sensações:</b>	10. Exame fisiopsicológico (sensação) 11. Sensações táteis 12. Sensações visuais 13. Sensações auditivas 14. Sensibilidade interna 15. Intensidade e leis de sensação, 16. Processos de reação	78 páginas
<b>Psicologia nova</b>	17. Horizonte de uma psicologia nova 18. Princípios fundamentais da metapsicologia 19. A libido 20. Associação de ideias 21. Sublimação 22. Orientação psicanalítica nos métodos da psicologia experimental	89 páginas
<b>Exame psicológico</b>	23. Exame psicológico (Idade mental) 24. Provas complementares	59 páginas

**Fonte:** Pedagogia Científica. (MORAES, [1929?]). Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. Coleções Especiais.

O conteúdo do livro revela as intenções claras em instruir os professores sobre as bases da pedagogia como ciência cuja abordagem consistia no conhecimento experimental, observável e mensurável – ou seja, com base no paradigma do positivismo da ciência moderna. A leitura textual do livro revela a distinção entre sujeito e objeto; natureza e sociedade; além de uma "redução da complexidade do mundo a leis simples suscetíveis de formulação

matemática” conforme nos adverte Santos (2008, p. 25) ao fazer a análise das ciências sociais que se pautavam por um paradigma epistemológico e um modelo de racionalidade que davam sinais de exaustão. Nas páginas destinadas à hereditariedade o autor aborda-a pelo viés do mecanicismo determinista, como a sociedade científica o fazia na época. Na atualidade, entende-se que a natureza é cultura em ação, é passível de ser transformada. Esta concepção redimensiona o modo como se concebe o objeto de conhecimento, uma vez que não é considerado como objeto dissociado do sujeito que o estuda pois, toda forma de conhecimento é também autoconhecimento. Cabe reforçar que de acordo com Santos (2000) o conceito de autoria não renuncia a dimensão ativa do sujeito, ainda que resista à distinção entre sujeito e objeto.

O livro destina 102 páginas para informações e aplicações de exames. O objeto de conhecimento, no caso o aluno, poderia ser interpretado como que fosse possível conhecê-lo na sua totalidade. E após dissertar sobre a “natureza”, o livro se centra na “alma”, ou seja, na psicologia nova (psicanálise) e prossegue com o conhecimento de “si” por meio dos exames psicológicos. A dualidade corpo/alma fica explícita na textualidade ao desconectar os aspectos morfológicos/físicos dos aspectos sociais, da linguagem cultural e do modo de produção do corpo nas suas debilidades isoladas de uma produção política e mercadológica.

Ao enfatizar a necessidade dos estudos da criança, Moraes compreende que a Pedagogia alimenta-se de outras áreas de estudos, tais como a Psicologia, a Anatomia, a Sociologia, a Higiene, entre outras. Representa a Pedagogia científica na figura de uma árvore:

[...] cujas raízes são constituídas por essas inúmeras ciencias e cujo tronco se bifurca, apresentando-nos – de um lado, folhas e fructos bem nutridos, que correspondem aos escolares normaes, e do outro lado – os anormaes com todas as suas deficiencias phisicas, psyquicas e moraes (MORAES, [1929?], p. 21).

Em analogia à árvore, o autor discorre: “Os ramos que se erguem da pedagogia são como se vê, dois: o primeiro trata da educação normal, isto é, dos indivíduos perfeitos e o segundo diz respeito à educação corretiva [...]” (MORAES, [1929], p. 24). De modo a classificar a que ramo da árvore a criança pertenceria, é que havia toda uma formação para os professores. O livro de Moraes expõe, em detalhes, os conhecimentos a que os professores deveriam atentar. Para ilustrar, sobre a sensibilidade tátil local especifica que: “ Há também o estesiometro de Pizzoli de mais fácil manejo” (MORAES [1929?], p. 175).

Ao se referir à educação das crianças que apresentassem defeitos de linguagem recomendava a postura corretiva dos professores sugerindo que realizassem exercícios especiais para cada caso, “[...] ginástica respiratória ortofônica e **separação das crianças defeituosas do meio das outras** [...]” (MORAES, [1929], p. 163, grifo nosso). No que diz respeito ao ensino primário, Moraes ([1929?]) cita os estudos de Maria Montessori e incentiva os educadores a darem continuidade, no ensino primário, à mesma orientação educativa que é

dada nos jardins de infância. Segundo ele, os resultados do método de Montessori “[...] têm sido extraordinários, o que bem poderia servir de padrão a outros ensaios. Montessori mesma já indica o caminho a seguir em trabalhos últimos que temos à mão” (MORAES [1929?], p.73).

Nesse sentido, o educador recomenda a Escola Ativa como nova organização especial que respeita a individualidade e a potencialidade de cada criança, como demonstração bem viva de educação por outros sistemas para obter, por outros processos, homens completos no sentido amplo da palavra (MORAES [1929?]). Pois o Espírito Santo sinalizou sua pertinência à proposta inovadora da **Escola Ativa** ao ensinar às alunas normalistas por meio de aulas práticas na Escola Ativa de ensaio.

Ao final do livro, Moraes apresenta a sugestão da carteira biográfica escolar, em referência clara aos estudos de Pizzoli e Maria Montessori, visto que estes médicos italianos organizaram este instrumento de registro, conforme nos revelam os trabalhos de Jannuzzi (2004), Centofanti (2006), Monarcha (2011), Pinheiro (2013). Curiosamente, o livro “Pedagogia Científica” redigido pelo professor Pedro Deodato de Moraes ([1929?]), vincula-se a outro livro com o mesmo título (Pedagogia Científica, escrito por Maria Montessori) em defesa da pedagogia como ciência. Com as devidas adaptações, o que era conhecido por pedagogia emendativa na Itália, projetada por Pizzoli (GANDINI (1985 apud CENTOFANTI, 2002; FREITAS, 2001), no Espírito Santo foi traduzido por educação corretiva<sup>10</sup>.

### Considerações finais

Transcorrido o percurso textual foi possível averiguar que tanto a Itália, como o Brasil/ES comungaram desafios similares: alfabetizar para unir. Para os italianos o analfabetismo foi considerado um problema social, enquanto no território brasileiro e espírito-santense foi considerado uma ameaça à identidade nacional, quando envolvia os filhos dos imigrantes. Ambos recorreram às mesmas soluções, qual foi a formação técnica dos professores para que estes realizassem exames em seus alunos. Particularmente o Espírito Santo se investe de uma solicitude e abre espaço para o “momento pedagógico” (MEIRIEU, 2002) ao implantar a formação de um corpo especial de educadores, cujo objetivo seria enviá-los onde predominasse os estrangeiros. E como foi feita a “aparelhagem do corpo docente”? Pela oferta do Curso Superior de Cultura Pedagógica, pela edição do manual Pedagogia Científica cujo conteúdo fora uma tradução das ideias de cientistas italianos, em especial de Ugo Pizzoli e pela implantação da Escola Ativa, nos moldes sugeridos pelos princípios montessorianos.

---

<sup>10</sup> A educação sobre a qual versa Deodato Moraes segue as orientações de J. Herbart ao distinguir a educação normal, realizada para indivíduos perfeitos, e a educação corretiva, a qual “[...] trata dos indivíduos que apresentam anormalidades, tais como os imbecis, os tardios, os cretinos, os idiotas, os surdos-mudos, os cegos, os deficientes físicos, os amorais, etc. (MORAES, [1929], p. 18)”

Nesse sentido, conclui-se que a tradução do professor Deodato Moraes ocorreu nos moldes das práticas discursivas educacionais italianas da pedagogia como ciência, uma vez que, tanto a Itália como o Espírito Santo enfrentaram desafios semelhantes na área educacional, além de no território capixaba existir a presença massiva de imigrantes e descendentes. Pode-se afirmar igualmente, que o governo brasileiro e Espírito-santense foram eficazes na inscrição da educação moderna na formação dos professores. No Espírito Santo havia um terreno fértil para plantar a "árvore do conhecimento". E, seus primeiros frutos ensejaram marcos na construção/invenção de uma história da Educação Especial a qual, no futuro, se tornou bem mais inclusiva.

### Referências Bibliográficas

- BALESTRERO, H. L. 1976. *O povoamento do Espírito Santo: A Marcha da Penetração do Território*. Viana- ES, Prefeitura Municipal de Viana.
- BERTO, R. C. 2013. *A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)*. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação – Universidade Federal do Espírito Santo.
- BISSOLI, O. 2005. *Memórias de um imigrante italiano*. 2ª Ed. Vitória - ES: gráfica Lisboa.
- BOLOGNINI, C. Z.; PAYER, M. O. 2005. Línguas de imigrantes. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2.
- BUSATTO, L. 2002. *Estudos sobre imigração Italiana no Espírito Santo*. Vitória. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espírito-santo/>>. Acesso em: 11/12/14.
- CASTIGLIONI, A. H. 2011. Buona gente capixaba. *Revista de História*, v. 72.
- CARVALHO, J. M. 2009. *O cotidiano escolar como comunidade de afetos*. Petrópolis: DP et Alii.
- CAVATI, J. B. 1973. *História da imigração Italiana no Espírito Santo*. Espírito Santo.
- CENTOFANTI, R. 2006. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. *Psicologia da Educação*, n. 22, pp. 31-52.
- COLBARI, A. 1997. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 53-74.
- COSTA, M. S. P. 2001. Maria Montessori e seu método. *Revista Linhas Críticas*, v. 7, n 13.

- DADALTO, M. C. 2007. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. pp. 57-74.
- DADALTO, M. C. 2008. O discurso da italianidade no ES: Realidade ou mito construído? In: *Pensamento Plural*. Pelotas [03]: 147 - 166, julho/dezembro.
- DEMARTINI, Z. B. F. 2006. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, M. C. (Org.) *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.
- DERENZI, L. S. 1974. *Os italianos no estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Editora Artenova S/A.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). 1909. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Sr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim em 28 de julho de 1909*. Victoria, Imprensa Oficial.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). 1917. *Relatório de Bernardino Monteiro*. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>. Acesso em: 17 maio 2012.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). 1922. *Relatório de Nestor Gomes*. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>. Acesso em: 23 maio 2012.
- ESPÍRITO SANTO. 1929. *Relatório apresentado a Attilio Vivacqua pelo Inspector escolar Archimimo Gonçalves referente apenas aos municípios de São Pedro de Itabapoana e Ponte do Itabapoana em 1 de junho de 1929*. Registro nº 32145. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
- GARCIA, R. A. G. 2010. *A educação na trajetória intelectual de Arthur Ramos: higiene mental e criança problema no Rio de Janeiro, 1934-1949*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos.
- GASPARINI, S. 2015. *Santa Teresa do Espírito Santo: história e memória*. 3ª Ed. Vitória: Grafitusa.
- GIRON, L. S. 1998. Colônia italiana e educação. *História da educação*. ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas, vol. 4, pp. 87-106.
- JANNUZZI, G. de M.. 2004. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. São Paulo, Autores Associados.
- KREUTZ, L. 2011. Práticas escolares entre imigrantes no Rio Grande do Sul: 1870-1940. In: GONÇALVES NETO, W.; MIGUEL, M.E.B.; FERREIRA NETO, A. (Orgs.). *Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas*

- e instituições escolares (séculos XIX e XX)*. Vitória - Espírito Santo: EDUFES, v. 1, pp. 307-337.
- MARCO, E. A. de. 2009. *A trajetória e presença do Talian e do dialeto Trentino em Santa Catarina: por uma educação intercultural*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação.
- MEIRIEU, P. 2002. *A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed.
- MONARCHA, C. 2011. *A semiologia do escolar construída pelo Dr. Ugo Pizzoli (Itália-Brasil)*. Anais do do VI Congresso Brasileiro de História da Educação, Vitória: UFES, 2011. v. 1, pp. 20-34.
- MONTESSORI, M.1952. *Pédagogie Scientifique: la découverte de la enfant*. Paris: Desclée de Brouwer.
- MONTICELLI, F. F. 2014. *Processos de exclusão na/da escola no período da Primeira República no Estado do Espírito Santo. (1889-1930)*. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação.
- MORAES, D.[1929?] *Pedagogia Científica*. Vitoria: Oficinas do Diário da Manhã.
- NAGAR C. 1895. *O Estado do Espirito Santo e a Imigração Italiana - 1895*. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/O%20Estado%20do%20Espirito%20Santo%20e%20a%20Imigracao%20Italiana.pdf>>. Acesso em: 30/06/2017.
- NOVAES, M. S. de. 1980. *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. Vitória: Instituto Jones Santos Neves.
- PAIVA FILHO, N. [198-]. *Famílias italianas em Ibraçu*. Ibraçu, ES: Ingral.
- PINHEIRO, M. L. 2013. *Práticas de psicologia experimental e pedagogia científica na escola normal secundária de São Carlos: a concepção do educador paulista João Toledo*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 53, pp. 173- 182.
- PUPPIN, D.1979. *Do Veneto para o Brasil*. Vitória - ES [s.n].
- OLIVEIRA, J. T. de. 2008. *História do Estado do Espirito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
- RENK, V. E. 2008. *Aprendi falar Português na escola – o processo de nacionalização das escolas de imigrantes no Paraná*. Anais do V Congresso

- Brasileiro de História da Educação. Aracaju: Universidade federal do Sergipe.
- RIBEIRO, F. A. 2009. *Os povos que formaram a minha terra*. Alemães, pomeranos, holandeses, belgas, luxemburgueses, suíços, austríacos, italianos, sírios, libaneses e poloneses. São Paulo: Nova Alexandria.
- RIBEIRO, L. R. 1996. *Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina*. Vitória - ES: Editora do autor.
- RIBEIRO, M. L. S. 1978. *História da educação brasileira*. A organização escolar. Coleção Educação Universitária. São Paulo: Cortez & Moraes.
- SANTOS, B. de S. 2000. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, B. S. 2008. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez.
- SANCHEZ ARTEAGA, J. 2008. O darwinismo e o sagrado na segunda metade do século XIX: alguns aspectos ideológicos e metafísicos do debate. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56, p. 371-382.
- SCALZER, S. Z. 2015. O núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Multifoco.
- SCHWARZ, F. 1994. *Famílias de Santa Leopoldina*. Vitória: ArtGraf.
- SEIXAS A. A. A.; MOTA A.; ZILBREMANN M. L. 2009. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. *Revista de Psiquiatria*, vol. 31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v31n1/v31n1a15.pdf>. Acesso em: 27/06/2017.
- TAMANINI, V. 2014. *Karina*. Coleção Nosso livro. Secretaria de Estado da Cultura. Secretaria de Estado da Educação; Editora: Rede Gazeta.
- VECHIA, A. 2002. *Forjando identidades: a educação dos imigrantes italianos em Curitiba no século XIX*. Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, v. 1.
- VIVACQUA, A. 1930. *Directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo*. 115 BPE. Brochura. (Vida Capichaba)
- WANDERBROOCK JUNIOR, D. 2007. *A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá.

ZANDONATTI, M. 1992. *Venda Nova do imigrante: 100 anos da colonização italiana no Sul do Espírito Santo*. Belo Horizonte: Arte, Composição e Impressão.